



30º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: trabalho completo

Educação crítica, reparação e bem viver: a experiência de relatoria dos Cronogramas da Liberdade do CDESS

Representativity, critical education and information: the experience of reporting on Freedom Schedules

Andréa Doyle – Universidade Federal do Rondônia (UNIR) / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Anna Brisola – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Frederico Oliveira – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Gabriela Ribeiro – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Milton Shintaku – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Resumo: Trata-se de relato de experiência do evento Cronogramas da Liberdade, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável para ouvir demandas dos movimentos sociais de mulheres negras. O objetivo do trabalho é discutir a relação entre educação crítica, reparação e bem viver. Qualitativo e descritivo, adota métodos de revisão de literatura e a observação participante. Os resultados indicam que a educação crítica promove consciência social e empoderamento; a reparação se dá pelas ações afirmativas e o bem viver pela tecnologia do aquilombamento. Conclui que essas atividades são necessárias para movimentos sociais e profissionais da informação engajados na luta por justiça social.

Palavras-chave: Mulheres negras. CDESS. Educação crítica. Reparação histórica. Bem viver.

Abstract: The paper is an experience report of the Freedom Schedules event held by the Council for Sustainable Social Economic Development to hear demands from black women's social movements. Its objective is to discuss the relationship between critical literacy, reparation and good living. Qualitative and descriptive, the work adopts literature review and participant observation methods. The results indicate that critical literacy promotes social awareness and empowerment; reparation occurs through affirmative actions and good living through the technology of aquilombamento. It concludes that these activities are fundamental for both social movements and information professionals engaged in the fight for social justice.

Keywords: Black women. CDESS. Critical literacy. Historical reparation. Good living.





1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato de experiência do evento Cronogramas da Liberdade, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República para ouvir demandas dos movimentos sociais negros, especialmente das mulheres negras. O evento ocorreu em Salvador, nos dias 25 e 26 de julho de 2024, sendo pensado em função do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, ambos comemorados no dia 25 de julho.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) foi criado por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 01 de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Ele é composto por 246 pessoas da sociedade civil, representantes de diversos setores da economia (movimentos sociais, categorias profissionais, indústrias e empresas).

O CDESS, também chamado de Conselhão, tem a missão de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas públicas, avaliando e propondo soluções para o desenvolvimento sustentável do país, a partir de debates e da busca de consensos.

Segundo a sua página oficial¹,

O colegiado é um importante espaço de fortalecimento das instituições e da democracia brasileira, pois possibilita exercer a escuta ativa de representações da sociedade brasileira, considerando sua complexidade e heterogeneidade. A diversidade dos seus membros conduz ao diálogo plural, com trânsito de vários tipos de informações e de pontos de vista. Essa riqueza de perspectivas, aliada ao propósito compartilhado de pensar o desenvolvimento do país, ajuda o Conselho a construir consensos. (CDESS, online).

Duas conselheiras organizaram os encontros dos Cronogramas da Liberdade, objetivando escutar as demandas de alguns setores-chave da sociedade civil, de modo a levar suas demandas e perspectivas para as discussões do conselho. Alcielle dos Santos e Rosângela Hilário, ambas mulheres negras participantes de diversas redes de articulação, mobilizaram alguns membros da equipe gestora do CDESS para realizar os encontros.

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/cdess>. Acesso em: 28 maio 2024.

A proposta foi ouvir as dificuldades e os sonhos de ativistas de movimentos negros relacionados à Universidade Federal da Bahia (Ufba), ao Instituto Cultural Steve Biko e ao Grupo das Mulheres do Alto das Pombas (Grumap). Além desses três encontros, a delegação do CDESS participou da 12ª edição do Julho das Pretas – Mulheres Negras em Marcha por Reparação e Bem Viver. A marcha ocorre todos os anos no 25 de julho e congrega diversos movimentos sociais em torno das pautas interseccionais das mulheres negras.

Para registrar os encontros, sistematizar a informação e disponibilizá-la no site do Conselho, uma pesquisadora, profissional da informação, também acompanhou o evento. Essa participação indica, por um lado, a compreensão da importância de uma atenção profissional à produção e organização de informações produzidas por este conselho. Ao mesmo tempo, por outro lado, reforça o caráter oficial dos encontros perante os grupos ouvidos, reiterando o reconhecimento, por parte do Conselho da Presidência da República, de sua importância social.

Diante do exposto, o objetivo deste relato de experiência é discutir a relação entre representatividade, educação crítica, reparação e bem viver, a partir da descrição dos debates realizados no evento. Mais especificamente, o trabalho visa a) demonstrar a importância da representatividade de grupos minorizados em espaços de destaque e poder; b) evidenciar a importância da educação crítica de sujeitos políticos para dialogar e exigir novas posturas e ações dos governos; c) a centralidade do trabalho de registro, organização e disponibilização de informação sobre processos democráticos inovadores para sua visibilidade e possível continuidade.

Para tanto, o trabalho, de cunho qualitativo e descritivo, adota os métodos de revisão narrativa de literatura para a discussão do referencial teórico e a pesquisa documental para a coleta de dados. O trabalho conta, ainda, com *insights* decorrentes de observação participante da primeira autora. Assim, pode-se dizer que a análise de dados segue o método da triangulação de dados (Minayo, 2010) para produzir resultados a partir de uma articulação entre os dados coletados, o diálogo com autores e a análise da conjuntura.

Para a análise documental, além do site do CDESS, foram consultados os sete (7) documentos produzidos durante o evento: uma memória da reunião na UFBA, uma síntese em tópicos da reunião da Ufba; uma síntese em tópicos da marcha; uma



memória da reunião no Steve Biko; uma síntese em tópicos da reunião na Grumap; um resumo do evento em texto corrido e um resumo do evento em tópicos.

A análise dos dados seguiu o método da triangulação. Para Marcondes e Brisola (2014, p. 203), “a técnica prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos”. São eles: 1. coleta de dados empíricos, e 2. análise desses dados, que envolve a percepção dos sujeitos, processos que atravessam as relações (aqui entra o diálogo com o referencial teórico) e estruturas que permeiam a vida social. Segundo os autores, esse método tem o objetivo de minimizar a distância entre teoria e prática, o que combina bem com a proposta do evento de aproximar movimentos sociais e governo para produção de soluções inovadoras e sustentáveis.

Considerando o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o presente relato serve para demonstrar a necessidade de atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação em Biblioteconomia e áreas afins, de modo a incluir elementos de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos das Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Ainda que essas leis dispensem o ensino superior da adoção obrigatória dessas disciplinas, seus conteúdos são centrais para o letramento racial, o empoderamento dos povos negros e indígenas.

Além de conhecer e valorizar a história e as contribuições dos povos africanos e indígenas, é importante incluir também debates étnico-raciais, de gênero, sexualidades, deficiências, entre outros temas. Os estudos formativos de profissionais da informação precisam incluir discussões sobre as lutas de grupos minorizados. Junto aos novos conteúdos, ressalta-se a importância do desenvolvimento de práticas educativas críticas, em especial a competência crítica em informação, com vistas à formação de profissionais sensíveis, conscientes das profundas injustiças da nossa sociedade e preparados para combatê-las.

Assim, o referencial teórico irá discutir os conceitos de competência crítica em informação, cidadania ampliada, reparação histórica e bem viver.



2 EDUCAÇÃO LIBERTADORA, COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E BEM VIVER

Para Paulo Freire (1967), pessoas são seres de integração, que se aperfeiçoam e libertam na medida em que sua consciência se torna crítica:

Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época” (FREIRE, 1967, p. 44)

Ele sempre entendeu a educação como ato político, seja para alfabetizar pessoas para que possam se tornar eleitores, seja para desenvolverem uma compreensão mais apurada do funcionamento do mundo, suas injustiças e opressões. bell hooks (2019), quando conta sobre sua infância na escola segregada, sempre reforça que os estudos eram vistos como o melhor caminho para a ascensão social, enquanto o ativismo, por meio dos movimentos sociais, era visto como parte da luta por melhores oportunidades de vida.

Desde sempre, as elites esconderam, enganaram ou produziram justificativas esdrúxulas para o genocídio e a escravidão, como o mito da democracia racial (Bastos, 2024). Hoje, por um lado, esses discursos têm sido sistematicamente desmascarados, por outro lado, ante a imensidão de informação despejada diariamente no mundo, a capacidade de absorção, de percepção crítica e de uso ético destas informações tem sido atropelada pelo caos informacional.

A sociedade da desinformação tem tornado cada vez mais difícil a percepção de verdades escondidas por interesses históricos, sociais e econômicos, apagando opressões que pesam sobre grupos minorizados. Esforços de profissionais da informação e da comunicação já buscam educar crianças e adultos para a informação.

Em sua prática, a competência crítica em informação (CCI) é o desenvolvimento contínuo de um relacionamento questionador, emancipador e libertador com a informação e com os diversos aspectos do ambiente informacional (Doyle, 2021). Ela tem foco no sujeito, sendo a relação crítica com a informação o instrumento de sua emancipação e superação das injustiças sociais e da alienação (Doyle; Brisola, 2022).

O uso crítico da informação é importante para movimentos e ações políticas que buscam mitigar a discriminação e maximizar a participação política e cidadã. Para



defender e fortalecer a democracia (Gadotti, 1998) e fortalecer a cidadania, propomos compreender a cidadania ampliada, uma democracia mais participativa e direta e uma cidadania social (Brisola, 2017, p. 135).

A democracia precisa de cidadãos ativos e conscientes de sua cidadania. A proposta de escuta e atenção do CDESS traz para a mesa as demandas e potencialidades destes grupos, a fim de construir políticas públicas mais efetivas, de uma maneira mais participativa.

Nesta construção, o papel dos profissionais da informação é preparar os cidadãos para esta participação e municiá-los com informações de qualidade e que respondam às suas demandas. Nesta perspectiva, a pessoa bibliotecária ou profissional da informação atua como mediadora da informação, mas também como educadora, podendo fomentar a CCI (Brisola; Ramos Jr, 2020).

2.1 Reparação e bem viver

A dívida com os povos africanos e afrodescendentes pelos quase 400 anos de escravidão é inestimável e muito provavelmente, irreparável. Maria Glória Oliveira entende que

Nos movimentos de reparação histórica, o que se impõe ao Estado é o reconhecimento de uma dívida que jamais poderá ser convertida em valores materiais e monetários e, mesmo quando representada nestes termos, não é apenas a compensação financeira, mas a responsabilidade histórica que está em jogo. (Oliveira, 2022, p. 72)

A autora vai entender que os movimentos de reparação histórica pela escravidão (nos Estados Unidos, como em outros países), exigem que o Estado reconheça sua participação como cúmplice da injustiça e de sua perpetuação, enquanto assume a responsabilidade de continuar tentando fazer justiça apesar de tantos fracassos.

Oliveira (2022) chega a se perguntar se os efeitos de passados violentos e traumáticos não seriam irreversíveis.

Não é necessário muito esforço para concluirmos que os apelos e as demandas por reconhecimento, sem a necessária redistribuição das posições e lugares ocupados pelos sujeitos epistêmicos, não produzem condições de igualdade de qualquer tipo, mas criam o que podemos chamar de armadilha da visibilidade (Oliveira, 2022, p. 73).

A conclusão da autora é que, enquanto os sujeitos não estiverem ocupando lugares de poder na sociedade, não haverá condições concretas para a igualdade. Ela



alerta, ainda, para o risco da armadilha da visibilidade, que são ações de reparação do passado enquanto que sua sugestão é dar um salto para o futuro, como propõe Fanon.

O conceito de bem viver vem do feminismo comunitário, das feministas dos povos originários de Abya Yala. Lorena Cabnal fala em “envolver outras e outros nessa responsabilidade de transformação profunda que é corresponsabilidade de todas e todos, para promover a justiça, a equidade, a paz e a vida em plenitude” (Cabnal, 2010, p. 22, tradução nossa).

A ideia de bem viver começa com uma indignação diante do sofrimento do Outro ao meu lado. Essa indignação gera uma movimentação para ajudá-lo e um bem estar quando problema imediato se resolve e a tranquilidade se instala. “O bem viver é a busca por uma sociedade mais justa, mais empática e mais feliz. Trata-se de um esforço contínuo de construção colaborativa e resistência à dominação” (Doyle, 2021, p. 132).

Para Julieta Paredes (2010), o domínio da natureza precisa ser transformado em convívio harmonioso entre as pessoas e a Mãe Terra. Essa também é uma das atenções do feminismo comunitário: tanto entre as pessoas, quanto entre as pessoas e a natureza, a horizontalidade das relações e o respeito mútuo é o que vai promover o estado de bem viver.

Diante do exposto, seguem os resultados das rodas de escuta realizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na relatoria do evento organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República tivemos acesso, em primeira mão, aos seis documentos produzidos para as quatro atividades do evento. Esses documentos serão em breve disponibilizados no site do CDESS.

Para analisar os relatórios e selecionar os principais temas, levamos em consideração, conforme o método da triangulação, os documentos, os *insights* da vivência de cada atividade, além da história de lutas das pessoas participantes. Assim, destacamos os pontos mais relevantes para fomentar políticas públicas, mas também, ações que os profissionais da informação possam implementar em sua práxis.

3.1 Reunião UFBA, CDESS, Movimentos negros



A hostilidade histórica da universidade com o povo preto foi comentada em algumas falas. A onipresença de retratos de homens brancos na galeria de reitores foi apontada como realidade ainda presente a ser mudada. O ambiente de alguns cursos é considerado inóspito para pessoas não brancas, especialmente por conta de seus currículos eurocentrados.

A Universidade Federal da Bahia, na pessoa de seu vice-reitor, agradeceu oficialmente aos movimentos negros pelas lutas e conquistas de direitos, desde os anos 80. A luta pela isenção da taxa de inscrição para o vestibular e a exigência de reparação na implementação de cotas para estudantes, técnicos e docentes negros foram reconhecidas como a origem da mudança demográfica da UFBA hoje.

Algumas pessoas presentes reverenciaram suas ancestralidades e destacaram que sua presença na sala de reunião da reitoria representa uma conquista com a qual seus antepassados nem poderiam sonhar.

A UFBA foi a segunda universidade do Brasil a adotar ações afirmativas e segue atualizando as políticas para inclusão de pessoas quilombolas, pessoas trans e refugiadas, cotas na pós-graduação e comissões de heteroidentificação. Ainda assim, os cargos de maior destaque ainda mostram a escassez de diversidade.

Quanto aos currículos, a UFBA já modificou 75% dos currículos para respeitar a Lei 10.639. Sublinham a demanda de implementação da Lei 10.639 e revisão dos currículos desde a escola até os cursos superiores.

Foi mencionado que o povo preto quer reparação financeira, assim como aconteceu com o povo judeu. Pessoas precisam de dinheiro para viver bem.

Novas epistemologias, que pensem a História do Brasil de forma decolonial e dessudestinizada, parando de tratar a população negra apenas como escravizada, precisam ser produzidas, lidas e adotadas. A produção do livro didático precisa de uma atenção urgente. A formação integral e a formação de professores em alfabetização e letramento racial também foram pautadas.

Questões que ainda demandam ações afirmativas são problemas com: evasão; assédio moral e sexual, falta de dados e indicadores que auxiliem as políticas, falta de verbas para participação em eventos e congressos; escassez de bolsas e recursos para mulheres mães e gestantes, bem como a queda de 7% no orçamento das universidades.



Consideram importante que haja verba para curricularização da extensão e extensão de horário de funcionamento das bibliotecas e restaurantes.

Outras demandas identificadas foram: espaços seguros para os estudantes negros com atenção psicológica e da assistência social; mais docentes especializados, com conhecimentos afrobrasileiros mais específicos e com titulação mais ampla; visibilizar referências, produzir conceituações de igualdade, de bem viver e de criatividade.

Levando as discussões da universidade para a sociedade, o grupo destacou, como possibilidades de ações: prêmios para instituições com mais pessoas pretas, bolsa dobrada para pessoas pretas, fomentar estratégias e *lobby* para alavancar pautas e representatividade, fazer as políticas públicas chegarem nas crianças pretas e com necessidades especiais.

3.2 Marcha

No dia 25 de julho de 2024, às quatorze horas iniciou-se, na Praça da Piedade, em Salvador, a concentração para a 12ª Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. A data marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela. O *slogan* do evento foi “Mulheres negras em marcha por reparação e bem viver”.

A marcha contou com a presença de diversos coletivos de mulheres negras, com um público presente de aproximadamente 300 pessoas. Apesar da chuva que caiu desde o início da marcha, ela percorreu todo o trajeto da Praça da Piedade até o Terreiro de Jesus, no Pelourinho, terminando às 17h50.

As principais demandas, como diz o *slogan*, são por reparação e bem viver. As falas mencionam as lutas por direitos: direito à vida, educação, trabalho e salário digno, liberdade de ir e vir, fim da violência contra a mulher e segurança. Pessoas também exigem reparação pelos anos de escravidão, de violência, de enriquecimento às custas do sofrimento e da morte do povo preto, além da construção de uma sociedade de bem viver para todas as pessoas.

Várias mulheres se referem ao aquilombamento como tecnologia de sobrevivência e mudança, fazem uma saudação às ancestralidades, às mulheres que



vieram antes, cuja luta nos trouxe até aqui. Elas também comentam sobre a construção coletiva da marcha nacional que acontecerá em Brasília em 2025.

Outros temas abordados foram o acolhimento de mulheres negras trans pelos coletivos, mães de família, avós e tias que perdem seus filhos e netos, atenção à justiça ambiental e climática, necropolítica, precarização de vidas pretas por falta de acesso à água potável e saneamento básico, de dignidade menstrual e a especulação imobiliária que gentrifica os territórios.

3.3 Instituto Cultural Steve Biko

Este encontro visou a escuta de “pessoas que fazem tanto com tão pouco”, unindo professores do Instituto Cultural Steve Biko (ICSB), da UFBA e a equipe CDESS. O Instituto nasceu em 1992, com um curso pré-vestibular no jardim do curso de economia da UFBA, quando a militância preta percebeu o problema da representatividade. Hoje o instituto trabalha com 10 escolas em cinco cidades com 10 estudantes em cada.

O ICSB fundou o primeiro infocentro de Salvador, no início dos anos 2000. Desenvolveu projetos diversos como POMPA, em parceria com a Fellow da Fulbright; KWETU para a formação de lideranças do Nordeste com financiamento da Kellog; AFROAPORTE, de empreendedorismo negro; Ogunhê, sobre relações e formação científica de negros e negras; e o Oguntec, para letramento digital.

Suas ações são carregadas de confluências com a competência crítica em informação, o bem viver e a promoção da cidadania.

Relacionados à CCI e à educação, o instituto utiliza uma pedagogia diferenciada voltada para reconhecimento e empoderamento das pessoas negras. Um exemplo disso é a disciplina Cidadania e Consciência Negra. A organização atenta para assimetrias de raça, de gênero, educação e insurgências negras. Também atua colaborando na formação dos professores e alunos para reduzir as assimetrias.

Em relação às ações afirmativas e reparação histórica, os participantes apontaram que Salvador possui 84% de pessoas pretas e que a representatividade só vai ser sanada quando, na universidade houver 84% de pessoas pretas em todos os espaços, incluindo os cargos de poder. Reivindicam bolsas para estudantes negros no primeiro ano da graduação e mais abertura e apoio para formação de médicas e médicos negros. Como exemplo citam que 12 dos 40 advogados mais ricos do Brasil são negros, e que

estes criaram um projeto que apoia, acolhe e cuida da formação jurídica de outros jovens negros.

Quanto aos currículos, as infâncias negras precisam ser reconhecidas no material didático, com valorização da mulher preta e da liberdade religiosa e de gênero, além de formação política para enfrentar o racismo e o epistemicídio. O ICSB considera fundamental a realização de visitas aos quilombos para contato com a ancestralidade e que as epistemologias negras precisam ser divulgadas.

O instituto serve de exemplo na sua relação com os estudantes como preparatório para o vestibular e formação cidadã e ainda promove o café científico nas escolas com referências negras. O projeto Oguntec busca aproximar jovens do ensino médio com a CTI; laboratório e planetário itinerantes; aulas híbridas com uso de tecnologia; formação de monitores e bolsa de iniciação científica para 10 alunos. Seu podcast “Ciência Negra” ficou entre os 10 melhores podcasts do Instituto Serrapilheira.

3.4 Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Grumap)

O Grupo de Mulheres do Alto das Pombas é um coletivo com 42 anos de atuação. Começou como um clube de mães preocupadas com a educação dos filhos. É composto de mulheres não remuneradas mas que acreditam que é esse processo de organização que vai mudar suas condições de vulnerabilidade. Algumas participam há cinco, oito, 15 ou 39 anos, outras, adolescentes, acabaram de entrar. Se denominam como filhas das trabalhadoras domésticas que o racismo não conseguiu matar.

Relacionados à educação e à CCI, destacamos os seguintes pontos: elas estudam para se apropriar e reverter o conhecimento eurocêntrico, tornando-o afrocentrado. Elas também se preocupam e debatem sobre a proteção de dados pessoais, IA e direitos digitais. No plano do bem viver, elas estão montando uma nova estrutura com eixo de formação, mobilização e articulação: além das leituras, promovem um lanche, bem como exercícios de respiração e cuidado. Dizem que estão se cuidando com novos saberes do cuidado, estimulando sentimentos e ação política.

Sobre o empoderamento, elas destacam a importância de formar uma trama entre doutoras, mestras e pós-doutoras e entre organizações. Todas aprendem quando uma aprende.



Reivindicam, em relação à reparação, mais investimentos na economia solidária que gera trabalho, renda e emancipação; mais investimentos na sustentabilidade associada à agricultura familiar deixando viva a memória ancestral; consideram que os brancos deveriam prestar serviços às comunidades negras e que a reparação vai promover bem viver.

Denunciam que saímos da ditadura militar e caímos na ditadura burguesa e que a população periférica fica no meio da disputa entre Estado e facções.

Como exemplos de atividades do grupo sublinhamos: terapia comunitária integrativa; tecelãs do cuidado; aprender e ensinar as tecnologias; o cineclube que mobiliza os mais jovens a fazer curadoria cinematográfica e a comunidade para assistir os filmes. As mulheres relatam que o grupo movimenta diariamente um aprendizado que mescla conhecimento adquirido com o novo, organizando conversas semanais entre elas, uma roda de conversa mensal aberta a novas pessoas, e o caruru dos Ibeji ou de São Cosme e Damião, uma vez por ano para toda a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente relato de experiência foi discutir a relação entre representatividade, educação crítica e profissionais da informação. Vale pontuar que o evento Cronogramas da Liberdade foi organizado por duas conselheiras mulheres, negras com foco na escuta de coletivos de mulheres negras e na participação na marcha das mulheres negras. Quando mulheres negras ocupam espaços de poder, elas abrem portas para outras. Está aí demonstrada a importância da representatividade.

Ao cruzarmos o referencial teórico com os relatos das rodas de conversa, conseguimos demonstrar elementos de educação e competência crítica em informação, demandas de reparação histórica e ações de bem viver. Fica demonstrado que a educação crítica envolve processos de conscientização social, empoderamento e preparação para as lutas. A reparação histórica tem vindo, ainda de forma tímida, por meio das ações afirmativas e cotas, bolsas e projetos de ampliação das infraestruturas de acolhimento dos espaços educativos. Já o bem viver envolve tecnologias ancestrais de aquilombamento para o cuidado, autocuidado e trocas de saberes e experiências.



Para pessoas bibliotecárias e profissionais da informação, da mesma forma que para ativistas de movimentos sociais, a educação crítica, com foco na competência crítica em informação, assim como os debates dos movimentos negros, indígenas e de gênero são necessários à uma prática social inclusiva. Toda atividade informacional deve ser direcionada ao amplo acesso, apropriação e uso da informação como ferramenta para a justiça social.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide. Como Florestan depenou o mito da democracia racial. Descolonizações. **Outras Palavras**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/como-florestan-depenou-o-mito-da-democracia-racial/> Acesso em: Jul. 2024.

BRISOLA, Anna Cristina. **A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada**: uma construção possível. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/890>. Acesso em: abr. 2019.

BRISOLA, A. C. C. de A. S.; RAMOS JUNIOR, M. A. C. O bibliotecário como um fator estratégico de marketing e de aprimoramento da competência crítica em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 16, p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1324>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. In: **FEMINISMOS DIVERSOS**: el feminismo comunitario. Las Segovias: ACSUR, 2010. p. 11-25. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AoZ-as87gk9xhy-MjulDQmTdfIH3>. Acesso: jul. 2024.

DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídia e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero**: práticas de ensino críticas. Orientadora: Gilda Olinto. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

DOYLE, A.; BRISOLA, A. C. C. A. S. Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1967.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019a.



MARCONDES, N; BRISOLA, E. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, SP, v. 20, n. 35, jul. 2014. ISSN 2237-1753. Disponível em:

<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228> Acesso em: 17 set. 2024.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos da História**, v.27, n.2, jul./dez. 2022. DOI: [10.46551/issn.2317-0875v27n2p.58-78](https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v27n2p.58-78) Acesso em: Jul. 2024.

PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: una respuesta categórica del feminismo cumunitario. **Revista de Estudios Bolivianos**, v. 21, p. 101-115, 2015. Disponível em: <https://bsj.pitt.edu/ojs/index.php/bsj/article/viewFile/144/919>. Acesso em: out. 2020.